

ESPORTE NO BRASIL: a disputa dos rumos da política nas conferências nacionais em um período de transição

Erika Suruagy Assis de Figueiredo¹
Celi Nelza Zulke Taffarel²

RESUMO

O texto trata dos rumos da política do esporte no Brasil levando em consideração e analisando as três Conferências Nacionais de Esporte já ocorridas. Conclui que a disputa de interesses entre as classes está em curso e exige organismos de luta para que as reivindicações transitórias na política do esporte sejam atendidas, rumo ao alcance das reivindicações histórica de superação do modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Esporte; Política; Conferência; Transição.

-
- 1 Professora Dra. Adjunto Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Coordenadora do Curso de Licenciatura em Educação Física. Contato: erikasuruagy@yahoo.com.br
 - 2 Professora Dra. Titular Universidade Federal da Bahia, Coordenadora da Rede Linha de Estudos e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer (LEPEL). Contato: taffarel@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente número da Revista Motrivivência está sendo lançado justo no período em que ocorrem no Brasil gigantescas manifestações nas principais cidades brasileiras que levantam reivindicações, principalmente da juventude e dos trabalhadores organizados em centrais sindicais, reivindicações que iniciam com o passe livre, passando pela bandeira contra a corrupção e defesa dos serviços públicos de qualidade, até alterações nos rumos da política econômica.

Trataremos no presente texto das alterações necessárias na política do esporte, reivindicada nas manifestações, expressas nas bandeiras contra os megaeventos. Analisaremos os rumos da política esportiva a partir da disputa travada nas Conferências Nacionais do Esporte em um período de transição³. No momento em que o texto é produzido, estão sendo construídas de norte a sul do Brasil monumentais arenas. São os estádios de futebol onde ocorrerão a Copa das Confederações e a Copa do Mundo da FIFA (Fédération Internationale

de Football Association), nos anos de 2013 e 2014 respectivamente. Com investimentos orçados em R\$ 10 bilhões em 15 estádios sendo 12 deles palcos para os jogos da Copa das Confederações e Copa do Mundo de Futebol de 2014⁴. Os gastos hoje com o megaevento ultrapassam os 15 bilhões, podendo ser ampliado até 2014. Mas não tratamos diretamente destas arenas, mas, sim, das arenas⁵ do esporte, onde são travadas disputas que indicam os rumos da Política Nacional de Esporte (PNE). Estes espaços são as Conferências Nacionais de Esporte. O estudo destas disputas nos permitiu explicar as determinações e nexos existentes na PNE, para sim reconhecer possibilidades históricas para o rumo da política de esporte em um período de transição.

O esporte é uma atividade própria dos seres humanos, do ponto de vista ontológico, decorrente de sua atividade vital, o trabalho, ação intencional que se desenvolve em determinadas relações de produção. Historicamente determinado e desenvolvido socialmente em relações de produção, é fruto das necessidades e relações humanas cujo grau de complexidade

3 O texto constitui uma parte da tese intitulada As arenas do esporte: a disputa dos rumos da política nas conferências nacionais e na produção do conhecimento em um período de transição, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA, sob a orientação de Celi Nelza Zulke Taffarel (FIGUEIREDO, 2013).

4 Segundo dados oficiais extraídos em <http://www.copa2014.gov.br/pt-br> ilustraremos os gastos em algumas delas: 1) Arena Pernambuco (São Lourenço da Mata – Região Metropolitana de Recife), palco de apenas cinco jogos da Copa, o estádio está orçado em R\$ 529,5 milhões, sendo R\$ 397,1 milhões de financiamento federal; 2) Arena da Amazônia (Manaus), o projeto está orçado em R\$ 515 milhões e terá R\$ 375 milhões de financiamento federal; 3) Arena Estádio Nacional (Brasília), com investimentos totais serão da ordem de R\$ 1,015 bilhão; 4) Arena Beira Rio (Porto Alegre), os investimentos chegarão a R\$ 330 milhões, sendo R\$ 235 milhões de financiamento federal; 6) Arena Maracanã (Rio de Janeiro), o projeto está orçado em R\$ 808,4 milhões, sendo R\$ 400 milhões de financiamento federal; 7) Arena Corinthians (São Paulo), curiosamente única a colocar o nome de um clube que recebeu 90 milhões de isenções fiscais, está orçada em R\$ 820 milhões, onde R\$ 400 milhões serão financiados pelo governo federal. Ainda, essa Arena pode nem ser concluída, ver matéria divulgada <http://www.eotimedopovo.com.br/2013/03/estadio-nacional-de-brasilia-vira-plano.html> e; 8) Arena Fonte Nova (Salvador), o investimento total é de R\$ 591,7 milhões, dos quais R\$ 323,6 milhões de financiamento federal.

5 Entendida aqui como uma das definições dadas pelo Dicionário Houaiss (2001, p. 282), “local de debate, de desafio, de luta”.

se amplia à medida que se desenvolvem as forças produtivas e a fartura, se impõe a vida em conjunto, dos processos de colaboração aos de disputas e exploração, manifestação da cultura corporal que dá sentido a vida e contribui para a humanização dos homens e mulheres. Trata-se de um patrimônio cultural, um direito social⁶ que deve ser acessível a todos nas suas múltiplas possibilidades de expressão, não apenas na forma de subproduto da indústria cultural para ser consumido, mas para serem produzidos como valor-de-uso⁷ com vistas à emancipação.

O esporte pôde ao longo do tempo se firmar como algo essencial para humanização dos homens e mulheres, presentes nas mais diversas culturas, épocas e regiões, um saber que foi sistematizado. Por isso, o identificamos como elemento cultural que precisa ser assimilado, criticado, superado. Na atualidade, o esporte encontra-se inserido num processo contraditório de produção e reprodução no modo de produção capitalista, na sua fase imperialista⁸. Assim, como as demais produções humanas, sob o capitalismo é transformado em mercadoria⁹ (valor-de-troca). Sua produção material é apropriada pela classe dominante, privatizada, que neste processo, com base na

propriedade privada, desenvolve a alienação, separando o produtor do produto do seu trabalho, onde o imperativo é a relação entre coisas, entre mercadorias. Enquanto mercadoria, principalmente na versão do esporte espetáculo, é um dos fenômenos mais consumidos (e não mais praticado) da atualidade, principalmente, pela criação de novas mercadorias dele derivadas.

O esporte contemporâneo está cada vez mais integrado ao modo de produção capitalista, constituindo as forças produtivas¹⁰ porque se refere, também, as relações homem-natureza, hoje controladas pelo capital, na sua fase imperialista de destruição das forças produtivas. Isso fica evidente nos dados que demonstram as barreiras e limites para o acesso ao esporte, colocadas pela falta de acesso as mercadorias necessárias para prática e; privatização dos espaços e meios de produção necessários a realização da prática esportiva. Segundo Penna (2011) o esporte, juntamente aos mercados que o cercam na atualidade, passa a atuar tanto no equilíbrio da crise do capital, na medida em que concorre para o controle da queda da taxa de lucros, como faz parte de uma importante e necessária estratégia ideológica, na busca pelo controle e alienação das consciências. Constitui-se, portanto,

6 Engels (2012) nos alerta que, na obra "O socialismo jurídico", para que a classe operária possa transformar as relações sociais é preciso romper com a ideologia jurídica, tendo em vista que todas as representações do homem – jurídica, políticas, filosóficas, etc. – derivam, em última instância do modo de produção da vida e troca dos produtos. Portanto, não podemos encerrar a luta da classe no terreno jurídico, legal, no terreno do direito, onde por antecipação a luta já está ganha pela burguesia. Para conquista do direito é, necessário por vezes, subverter a ordem, sair da legalidade.

7 Com base na teoria do Valor de Marx (2002) é aquilo que é produzido para o uso imediato do produtor, para satisfazer suas necessidades.

8 Para Lenin (2007) é a fase que consiste na concentração cada vez maior da produção em grandes monopólios e do capital financeiro em poucos países. Fase de guerra de pilhagem e rapinas pelo mundo.

9 Ancorada na teoria do valor de Marx (2002), podemos entender que a mercadoria é o como e o que se produz para o mercado, isto é, o que se produz para a troca, venda e não para o uso imediato do produtor.

10 Que são os meios de produção (terra, máquinas, natureza, etc.) e a força de trabalho: o próprio trabalhador.

num grande mercado de bens e serviços esportivos, inclusive o “Dossiê Esporte”¹¹ aponta dados que o esporte incide sobre o “Produto Interno Bruto (PIB) do Esporte”, mesmo considerando as controversas das pesquisas¹², segundo um estudo recente publicado pelo jornal britânico Financial Times, o PIB esportivo mundial, no ano de 2006, chegou próximo aos 100 bilhões de dólares, levando apenas em consideração as transações diretas. Valor equivalente ao PIB da Argentina ou de países produtores de petróleo (Venezuela, Malásia ou Emirados Árabes Unidos). Considerando os efeitos diretos e indiretos do esporte, só o PIB americano do setor ultrapassa 234 bilhões de dólares. O mercado esportivo mundial cresceu a uma taxa média de 6% entre 2004 e 2009, segundo o estudo apresentados pelo Financial Times realizados pela IPSOS em 2006. Os dados fornecidos pela IPSOS, 2006 reforçam o já defendido por outros autores, Penna (2011), Melo (2011), Carvalho (2011) sobre o processo de mercadorização e mercantilização do esporte.

Máuri de Carvalho (2011), em livro intitulado “Esporte e democracia: Gênese do político”, trata do papel social do esporte, da formação política da sociedade, onde demonstra que o atual grau de desenvolvimento do esporte, nas bases em que está assentado, é antes de tudo, uma mercadoria e acessível a poucos. A maioria terá que se contentar com os subprodutos da indústria cultural esportiva, que vai da indústria alimentícia, vestimenta, calçadista, do material esportivo, da especulação imobiliária e

da indústria de construção civil, aos serviços em geral, até as comunicações, a mídia.

Os megaeventos esportivos (Jogos Olímpicos e Copas do Mundo, Copa das confederações, Jogos estudantis/universitários mundiais, entre outros) são os momentos de maior movimentação financeira desse setor. Onde uma pequena parcela de empresário e instituições como a FIFA, COI (Comitê Olímpico Internacional) exigem dos países sedes concessões ao capital privado – entradas, bebidas, etc. É possível identificar as exigências desses grupos, vide mudanças nas legislações locais e isenções de impostos para que os eventos esportivos ocorram nos países sede. Como recentemente ocorreu no Brasil, onde as leis como o “Estatuto do Idoso” que garante a meia-entrada nos jogos para os idosos e o “Estatuto do Torcedor” que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estádio – sejam desrespeitadas em favor do interesses do capital internacional.

Contraditoriamente, a luta dos trabalhadores pelo acesso a esse patrimônio cultural e direito social, seja como espectador ou praticante do esporte, desenvolve-se ao longo da história, possibilitando hoje no Brasil termos inscrito na Constituição Federal o esporte como direito social. Contudo, o acesso a esse direito ainda é para poucos, mesmo que o Estado, historicamente, tenha lançado mão do esporte e da educação física para manutenção dos interesses da burguesia.

A disputa pelos rumos da política esportiva trava-se em instâncias, entre as quais

11 Dossiê Esporte – um estudo sobre o esporte na vida do brasileiro, elaborado pela IPSOS Marplan- Media Research. Empresa francesa que faz pesquisa sobre encomenda. Os dados podem ser questionados, mas nos aproximam ao que queremos demonstrar, o processo de mercadorização do esporte.

12 Alguns autores questionam os números e no caso do estudo sobre econometria realizado por Junqueira (2011) que não se consegue comprovar estatisticamente a hipótese de que a realização de Jogos Olímpicos ou de Copa do Mundo de Futebol da FIFA traz crescimento do PIB.

destacamos as Conferências Nacionais do Esporte. O marco temporal das conferências é o ano de 2003, o início do primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, período em que encontramos as evidências mais avançadas das relações econômicas, políticas e culturais no âmbito do esporte, o que nos permite apontar tendências e possibilidades para política de esporte, numa correlação de forças que coloca de um lado os interesses da classe trabalhadora pela democratização do acesso ao esporte e pela participação na definição dos rumos da política e, por outro o do capital em manter sua dominação, expandir mercados, entre os quais o mercado esportivo.

Como parte desse processo contraditório estão os esforços em alçar o Brasil a um país olímpico e a realização de megaeventos esportivos (Copa do Mundo de Futebol, Jogos Militares, Olimpíadas, etc), a criação de um ministério próprio do esporte, o aumento do fomento à produção do conhecimento na área das políticas públicas de esporte, com a criação da Rede CEDES¹³, realização de 3(três) Conferências Nacionais de Esporte.

Nesse contexto, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, no mesmo ano de sua posse, em 2003, instituiu Ministério do Esporte, destacando como missão – formular

e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano¹⁴.

O Ministério do Esporte passa a estruturar-se com base na Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, mais conhecida como Lei Pelé¹⁵. Nela o esporte é reconhecido a partir de três manifestações: Desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistêmáticas de educação; Desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social e Desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais. Constituído por três secretarias e seus respectivos departamentos: 1- Secretaria Nacional de Esporte Educacional, composta pelo – a) Departamento de Esporte Educacional e de Identidade Cultural e b) Departamento de Esporte Universitário; 2- Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, composta pelo – a) Departamento de Política Social de Esporte e Lazer e b) Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte; 3- Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, composta

13 A Rede CEDES — Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer — foi criada em 2003 como ação programática do Ministério do Esporte, gerenciada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNDEL). Foi integrada ao conjunto de ações do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) direcionadas para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Esporte e do Lazer. Nos últimos anos, com a extinção da SNDEL e as prioridades políticas do Ministério com os Megaeventos esportivos, vem perdendo espaço na política desenvolvida pelo Ministério. Saber mais informações em: <http://www.esporte.gov.br/snelis/esporteLazer/cedes/apresentacao.jsp> Acesso em 09 de março de 2013.

14 Medida Provisória nº. 103, de 01 de janeiro de 2003.

15 Destacamos que a Lei Pelé foi formulada no governo de FHC. Que, portanto, assumiu nuances do social-liberalismo tendo como centralidade a modernização das relações esportivas. Entre outras coisas ela constitui um forte ataque a “Lei do Passe” – Lei Nº 6.345, de 2 de setembro de 1976, instituída pela ditadura militar, no governo de Ernesto Geisel – que fazia com que as relações entre jogadores de futebol (trabalhadores) e clubes (proprietários) se dessem no marco referencial do feudalismo.

pelo – a) Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento e b) Departamento de Excelência e Promoção de Eventos. Essa organização inicial do Ministério dos Esportes sofreu modificações em 2011, já no início do governo da presidenta Dilma Roussef, essa (re)estruturação organizacional, instituída através do Decreto nº 7.529 datado de 21 de julho de 2011, estabelece a configuração do ministério da seguinte forma: 1 – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, composta pelo – a) Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social e b) Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social; 2 – Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, composta pelo – a) Departamento de Futebol Profissional e b) Departamento de Defesa dos Direitos do Torcedor; 3 - Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, composta pelo – a) Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento e b) Departamento de Excelência Esportiva e Promoção de Eventos. E mais a Secretaria Executiva órgão de assistência direta e imediata ao Ministério. Entendemos que essas modificações na organização do Ministério são sintomáticas e apontam para uma reconfiguração da própria política a ser adotada pelo ministério, colocando em questão à própria missão inicialmente estabelecida, no sentido de afirmar o esporte e lazer como direitos sociais.

A nova funcionalidade do esporte no capitalismo contemporâneo em nível

planetário e as suas repercussões na organização e na forma de produção da política de esporte no Brasil ganham centralidade nos estudos de pesquisadores como Penna (2011), Carvalho (2011), Melo (2011), Castelan (2010), entre outras. Nessa produção, destacamos dois elementos que contribuíram para pensar o fenômeno: democratização do acesso ao esporte e os megaeventos esportivos. Ambas expressas também nos documentos das conferências de esporte.

As conferências nacionais de esporte (CNE) foram instituídas pelo Decreto Presidencial de 21 de janeiro de 2004, configuram-se como espaço de debate, formulação e deliberação das políticas públicas de esporte e lazer para o país. Foram realizadas 3 (três) conferências nacionais: I Conferência – temática “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano” – Junho de 2004; II Conferência - temática “A criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer” – abril de 2006; III Conferência Nacional de Esporte – “POR UM TIME CHAMADO BRASIL” Tema: “Plano Decenal de Esporte e Lazer - 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais” – junho de 2010. As temáticas delimitadas para as Conferências demonstram indícios nos rumos da política de esporte no Brasil dos últimos anos.

O processo de investigação apontou que é preciso aprofundar o debate, estudos e pesquisas sobre a função da política de conferências e conselhos, tendo em vista que para manutenção do capitalismo hoje, mais do que em outros momentos históricos, é necessário a colaboração da classe trabalhadora¹⁶, educá-la para o consenso, no

16 A colaboração de classe ocorre por mecanismos complexos, sustentada pelo argumento que não existe alternativa (There's No Alternative – TINA), máxima de Margareth Thatcher, ex-primeira ministra do Reino Unido ligada ao Partido Conservador. Apontam que a única saída é colaboração entre o capital e o trabalho, usando do Estado através das conferências e conselhos para integração da classe trabalhadora aos interesses do capital. No capítulo I retornaremos ao assunto.

processo de formulação e implementação da própria política, aparentemente democrática e popular, mas essencialmente de interesse do capital. Nossa hipótese é que no modo de produção capitalista, em sua fase imperialista, onde as forças produtivas pararam de crescer, novos mecanismos de organização do Estado e da política são engendrados, intensificando a contradição entre capital e trabalho, verificáveis nas conferências nacionais do esporte. Em particular, na política do esporte, expressa pela contradição entre o esporte para poucos, na forma de domínio/detenção dos meios de produção e reprodução e o esporte para todos, na forma de socialização dos meios de produção e reprodução desse patrimônio cultural da humanidade e direito social. A explicação das contradições possibilitam apontar tendências e possibilidades para política de esporte no Brasil, compreendidas como importantes no processo de transição para o modo de produção comunista.

DESENVOLVIMENTO

Esporte, conferências nacionais e luta de classes

Os governos Lula e Dilma

Podemos afirmar que os governos de Luiz Inácio Lula da Silva Lula por valerem-se amplamente da política de conferência foram governos democráticos e de participação popular? Tal questão é fundamental para caracterizar e entender o que está ocorrendo na política de esporte no Brasil.

Luís Inácio Lula da Silva, quando ainda era candidato à presidência da

república, em julho de 2002, assinou uma carta firmando compromissos não com o povo brasileiro, apesar de a carta ser intitulada “Carta ao povo brasileiro”, mas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) na qual aceitava pagar a dívida interna e externa, manter superávit de 4% e a política econômica anterior e dar sequência as reformas e ajustes estruturais. Logo após eleito a primeira medida para dar conta do compromisso firmado foi realizar a reforma da previdência que retirou direitos da classe trabalhadora. Outras medidas, entre elas a manutenção das altas taxas de juros, paraíso para os banqueiros e especuladores, a lentidão na reforma agrária, benefícios para o agronegócio exportador, destinação de montantes de recursos para iniciativa privada com isenções fiscais, “compra de vagas” nas Instituições Privadas de Ensino Superior, das concessões - substitutivo semântico das privatizações - das estradas, aeroportos e agora, no governo Dilma, dos portos. No processo de coligação eleitoral optou-se por um arco amplo de alianças, apresentaremos as coligações dos primeiros turnos das eleições que se ampliam no segundo e após a vitória, no governo propriamente dito com a chamada base “aliada. Na eleição de Lula em 2002 (formada pelos partidos: PT, PL, PC do B, PMN e PCB), na eleição de Lula em 2006 (formada pelos partidos: PT, PRB e PC do B) e na eleição de Dilma Rousseff em 2010 (formada pelos partidos: PT, PMDB, PRB, PDT, PTN, PSC, PR, PTC, PSB e PCdoB), destinando-se espaços estratégicos na área econômica, agricultura, comércio, aos ideólogos ligados aos banqueiros e empresas multinacionais.

Em relação ao orçamento, manteve-se o mecanismo de burla a chamada DRU

(Desvinculação das Receitas da União)¹⁷, ampliou-se o superávit fiscal primário que nos últimos orçamentos fiscais, sem contar com a DRU, chegaram a quase 50% do montante de recursos. Por outro lado também foi possível atender algumas demandas dos mais pobres e miseráveis do país, com a diminuição do índice de mortalidade infantil, aumento real do salário mínimo, a ampliação de políticas compensatórias e ações afirmativas, com políticas mais assistenciais do que estruturantes.

Numa análise mais específica dos governos, com reflexos para política de esporte, nos governos Lula o central da política social foi o incentivo ao consumo – tendo como corolário a necessária ampliação da participação das camadas mais pobres na produção da riqueza (vide aumento real do salário mínimo e unificação dos programas de voucher no Bolsa Família), mantendo traços progressistas, já que possuía uma margem maior de negociação com grande capital. Já no governo Dilma, sob forte impacto da crise do subprime (2011), sem a histórica relação com a classe operária e, portanto, sem a margem de manobra que Lula teve, o central passou a ser o incentivo a produção e não ao consumo o que implica uma reorientação, do ponto de vista da economia política, para setores do grande capital.

O Ministério do Esporte não ficou incólume a esta guinada. Por isto, que a bandeira de uma outra política assume um

caráter dramaticamente central para trabalhadores, e que precisa de sua expressão singular no âmbito do esporte.

Partimos do entendimento de que para explicar as políticas em curso, faz-se necessário compreender o modo de produção, o papel do Estado numa sociedade de classes, quanto à democracia como expressão do poder político e, a transição em curso do modo do capital organizar a vida para o modo de produção socialista rumo ao comunismo. Lenin em seu livro “O Estado e a Revolução” defende que o “o Estado é um produto do antagonismo inconciliável das classes”. Para tanto, faz um levantamento de várias passagens da obra de Marx e Engels para que seja possível explicitar o desenvolvimento das concepções fundamentais do socialismo científico sobre o Estado. Nessa concepção, ele é compreendido não como algo externo à sociedade, mas, sim, fruto das relações inconciliáveis das classes. Engels, tomado como base do pensamento de Lenin, entende que o Estado é antes um produto da sociedade quando essa chega a um determinado grau do seu desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e que está dividida em oposições irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz necessário um poder colocado

17 Aprovada a sua manutenção até dezembro de 2015. A DRU é um mecanismo que permite ao governo desvincular até 20% das receitas das contribuições sociais, fora as previdenciárias, do orçamento fiscal. Com a desvinculação, os recursos podem ser usados, por exemplo, para o pagamento de juros da dívida. As contribuições sociais servem para financiar os gastos com saúde, assistência social e previdência social. Essas, em 2012, foram estimadas em R\$ 522 bilhões, ou seja, o governo pode desvincular até 20% desse montante, um verdadeiro roubo ao orçamento aprovado.

aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 2004, p. 176-177). A compreensão de que o Estado é o poder para corrigir as contradições do sistema da propriedade privada dos meios de produção trata-se para Lenin de uma interpretação inescrupulosa da obra do Marx, pois para ele o Estado é um órgão de dominação de classe e não de conciliação; é um instrumento de submissão de uma classe sobre outra (LENIN, 2007, p. 25). A ideia de conceber o Estado como órgão para resolução de conflitos sociais entre as classes, ou grupos sociais, categoria esta mais utilizada hoje nas questões afetas às políticas sociais, continua sendo propagada pelos defensores da democracia. Para Lenin “essa democracia pequeno-burguesa é incapaz de compreender que o Estado é um órgão de dominação de uma determinada classe que não pode conciliar-se com a sua antípoda (a classe adversa)” [ibid., p. 26].

A compreensão de que o Estado burguês é um instrumento de dominação de uma minoria sobre uma maioria, de uma classe sobre a outra, torna-se imprescindível para que a classe trabalhadora entenda que as desigualdades sociais só poderão ser superadas com a tomada do poder pelos oprimidos e a subsequente destruição desse Estado. Isso não significa entender o estado separado da sociedade civil, dicotomicamente, essa relação existe e é inequívoca, contudo o Estado é um produto histórico, fruto da luta da burguesia pelo poder, arquitetado para manutenção dos interesses do capital. Como disse Marx na Mensagem do Comitê Central à liga dos Comunistas, em 1850: Para nós não se trata de reformar

a propriedade privada, mas de aboli-la; não se trata de atenuar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova (MARX, s/d).

A classe dominante, para a manutenção da sua condição e do regime da propriedade privada, constitui, através do Estado, um poder coercitivo, que crescerá na medida em que a luta de classes se agrave. Hoje, o Estado também lança mão do poder persuasivo. Portanto, de maneira geral, o Estado está sempre a serviço da classe que detém o poder econômico, que não abrirá mão de exercer o domínio político para que possa criar novas formas de oprimir e explorar a classe dominada, utilizando a educação para isso. Em resumo, “o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado” (ENGELS, 2004, p. 178-179). Tal entendimento sobre o papel do Estado numa sociedade de classes é base para explicar as disputas pelo poder político e pelas políticas sociais, em todos os âmbitos, inclusive nos rumos da política do esporte nas Conferências Nacionais do Esporte.

Compreendemos ainda que a articulação entre as reivindicações democráticas e a revolução proletária, faz-se necessário deixar claro o projeto histórico de sociedade que se quer construir, balizador da luta política, entendida como essencial, numa sociedade dividida em classes, para que os trabalhadores avancem na conquista de suas reivindicações e na transição para o modo de produção comunista. Nesse sentido, a luta dos trabalhadores, por meio de suas organizações (partidos, sindicatos e movimentos sociais de luta), necessita incorporar e superar: 1 - ampliação da

democracia burguesa, ou seja, conquista de alguns direitos no âmbito do capitalismo; 2 - a luta política pelo poder do Estado, ainda que se avance para um Estado Proletário em vias de extinção.

Portanto cabe perguntar qual o significado da luta política, da luta concreta dos trabalhadores, na transição do capitalismo ao comunismo? Para elucidar melhor a questão, mesmo a citação seguinte situada no contexto pós-revolução de 1917, vale refletirmos sobre as considerações de Trotsky na introdução do texto “O homem não vive só de ‘política’” inserido na obra “Questões do modo de vida” escrita em 1923. Podem ser úteis hoje na luta política, revolucionária.

Em que consiste nossa tarefa hoje, o que nós devemos aprender em primeiro lugar, para qual sentido devemos tender? Precisamos aprender a trabalhar bem – com precisão, com limpeza e com economia. Precisamos desenvolver a cultura do trabalho, a cultura da vida, a cultura do modo de vida. Após uma longa preparação e graças à alavanca da insurreição armada, derrubamos a supremacia dos exploradores. Mas não existe alavanca que possa de um só golpe elevar a cultura. Um lento processo de auto-educação da classe operária e, paralelamente do campesinato, é aqui necessário. (TROTSKY, 2009, p. 08)

A colocação de Trotsky evidencia que devemos considerar a construção da cultura, no caso em questão da cultura esportiva, como tarefa política e que não podemos deixá-la nas mãos da burguesia. Essa é uma tarefa da classe trabalhadora, na obra de sua emancipação econômica, política e cultural. Seguiremos com as contribuições de autor no que diz respeito à compreensão sobre a política.

Quando Lenin afirma que a nossa tarefa de hoje não são tanto políticas como culturais, é preciso entender sua terminologia, a fim de não interpretarmos erroneamente seu pensamento. Num certo sentido, a política domina tudo. O conselho de Lenin de transferir nossa atenção do domínio político para o cultural é um conselho político. Quando um partido operário, em um determinado país, decide que é necessário num dado momento colocar em primeiro plano as exigências econômicas e não as políticas, essa decisão tem um caráter “político”. É perfeitamente evidente que a palavra “político” é aqui utilizada em dois sentidos diferentes: em primeiro lugar num sentido amplo, materialista-dialético, englobando o conjunto de idéias diretas, dos métodos e dos sistemas que orientam a atividade da coletividade em todos os domínios da vida social; em segundo lugar, num sentido restrito, especializado, caracterizando certa parte da atividade social, intimamente ligada à luta pelo poder e oposta ao trabalho econômico, social etc. (TROTSKY, 2009, p. 10)

A citação permite elucidar o entendimento sobre a política no seu sentido amplo e restrito. Isso não quer dizer que esteja propondo a mudança de foco da classe, primeiramente precisamos cumprir as tarefas políticas para revolução e estabelecer a democracia dos trabalhadores, que consiste em ter as condições subjetivas para tal, construir o partido internacional dos trabalhadores para orientar as atividades políticas para superação do atual modo de produção capitalista, que se dá por meio de lutas concretas pelas reivindicações dos trabalhadores, entre elas o acesso a cultura, onde insere-se o esporte.

Em Miséria da Filosofia, Marx (1847), já destacava que a luta entre as classes é uma luta política e explica assim:

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, em face do capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, [...], essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política.¹⁸

De acordo com Leon Trotsky (2009), no comente chamado de Programa de Transição, programa de fundação da IV Internacional¹⁹, afirma que a ponte entre o programa mínimo (reforma do quadro da sociedade burguesia) e o programa máximo (socialismo) é realizada por um sistema de reivindicações transitórias.

Apoiamo-nos nessa teoria para defender a luta por direitos sociais, políticas sociais, disputas nos marcos dos ordenamentos legais. São lutas que possuem um conteúdo de classe e se articulada com a luta mais geral, histórica dos trabalhadores, a tomada do poder do Estado, assumem assim uma importância fundamental para transformação da sociedade capitalista.

Trotsky (2009) aponta que a tarefa do período pré-revolucionário, de transição,

é superar a contradição existente entre a maturidade das condições objetivas da revolução e a imaturidade do proletariado e de sua vanguarda. Nesse sentido, o sistema de reivindicações transitórias possui o objetivo de ajudar as massas nas suas lutas cotidianas a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista.

Com base no exposto, decorrente da análise realizada dos governos Lula/Dilma, suas prioridades e ações, com base nas elaborações de Leon Trotsky sobre governos latino-americanos em países de capitalismo dependente, caracterizarmos o governo Lula como um governo próximo ao que Trotsky (2000) chamou de bonapartismo sui generis que na aparência está acima das classes sociais, acima do “bem e do mal”, aproveita-se do vácuo deixado pelos partidos capitalistas (no caso PSDB e DEM) e a luta entre os operários entre si. Mesmo o Brasil não sendo mais um país atrasado industrialmente, porém continua ser um país de capitalismo dependente e guardadas a singularidade do governo Lula, a caracterização de Trotsky continua válida e nos ajuda a pensar com atuar frente a um governo desse tipo, com traços progressistas.

Após uma caracterização do mais geral, do governo Lula/Dilma²⁰, passamos a explicitar as posições em conflito e

18 <http://www.marxists.org/portugues/marx/1847/04/luta-class-luta-polit.htm>

19 A 1ª Internacional em 1864 participaram dela Marx e Engels e desapareceu por conta de desacordos internos e da repressão após a derrota da Comuna de Paris em 1871. A 2ª Internacional (internacional Socialista) foi criada em 1891 no contexto de desenvolvimento do movimento operário, com Engels ainda vivo. Após defender a primeira guerra mundial em 1914, faliu politicamente e houve a ruptura de Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. A 3ª Internacional (Internacional Comunista) é fundada em 1919 com o impulso da Revolução Russa. A burocratização do partido comunista da URSS e da 3ª Internacional decorreu da fundação da 4ª Internacional com o intuito de continuar a luta iniciada em 1864 e construir o partido revolucionário.

20 Ver sobre caracterização do Governo Lula até 2007 em Taffarel e Santos Jr. (2007).

confronto, as expressões da luta de classes na política de esporte no Brasil, a partir das conferências nacionais de esporte. Para tanto, julgamos necessários explicitar a compreensão da composição do Ministério e de quais são os principais sujeitos que participam do embate na arena da política de esporte: a) os Partidos Políticos (em particular, o PC do B e o PT) e Gestores; b) as Entidades Esportivas: Comitês, Confederações, Federações e Clubes; c) os Empresários; d) as Organizações não-governamentais; e) os Produtores: Atletas, Trabalhadores e Praticantes e; f) os Consumidores.

O Mistério do Esporte

O ME foi criado no ano de 2003, logo após a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, com uma característica mais de gestão do que formulação e manutenção da política de esporte. Na lógica imperativa da divisão, rateio, das pastas e cargos com a dita base aliada, o presidente entrega a gestão do ME ao PC do B, aliado histórico do PT e que compõem diversos governos estaduais e municipais juntos.

O PC do B assume o Ministério e fica à frente de duas das três secretarias, a Secretaria Nacional de Alto Rendimento (SNEAR) e Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEE). A outra secretaria, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL) é ocupada pelo PT por seus intelectuais ligados à área da Educação Física e com experiência em gestão na área de esporte e lazer. Segundo Castellan (2010), o PT possuía

à época um setorial nacional de Esporte e Lazer, fundado em 1998. Antes disto o PT já possuía formulação sistematizada sobre o tema, publicas no Caderno "O Modo Petista de Governar" (Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais do PT, 1992), com um capítulo intitulado "Direito ao ócio". Não é possível responsabilizar apenas o PC do B, nem o novo grupo petista à frente da SNDEL a partir de 2006 pela derrota das propostas contra-hegemônicas, a própria aplicação de recursos, inclusive de outros ministérios para favorecer o esporte de alto rendimento, desde o início do governo, os megaeventos esportivos a partir da metade do primeiro mandato, a Lei de Incentivo ao Esporte, Bolsa-atleta, entre outros exemplos, demonstram os interesses de setores privatizantes do esporte, mesmo que o discurso de democratização do acesso e participação popular estejam expressos até hoje nos documentos do ME.

Sujeitos envolvidos na Política de Esporte.

a) Os Partidos Políticos (PC do B e PT) e Gestores

O PC do B

É o partido político à frente do ME desde a sua criação em 2003. Segundo dados extraídos da página do partido na internet o partido foi fundado em 1922, considerado o partido mais antigo do país²¹. Ficou na clandestinidade durante 60 anos. No final da ditadura voltou à legalidade e afirma viver hoje um dos seus momentos mais ricos. O PC do B está à frente do

21 O Partido Comunista Brasileiro (PCB) também se reivindica dessa data de fundação, devido às cisões sofridas no chamado "PCBzão".

Ministério do Esporte desde 2003 e vem assumindo várias secretarias e diretorias de esporte nos estados e municípios brasileiros, já que o esporte passou a ser um setor estratégico para o partido. De 2011 pra cá vêm enfrentando uma série de denúncias de desvio de verbas públicas através de organizações não governamentais (ONG's)²² ligadas ao partido, principalmente por meio do Programa Segundo Tempo. Tais denúncias e irregularidades levaram a queda em outubro de 2011 do então Ministro do Esporte, Orlando Silva, membro do PC do B, desligado do cargo pela Presidente Dilma Rousseff. Mas o ME continuou sobre o comando do PC do B apenas alterando o nome do ministro que passou a ser o Aldo Rebelo. Segundo o PC do B o esporte com base no reconhecimento dos organismos internacionais, em especial da Organização das Nações Unidas (ONU), integra o processo de desenvolvimento e paz mundial e ganha no Brasil o status de política estratégica (SILVA E DAMIANI, 2011, p. 34-35). Ainda afirmam que não havia uma política de esporte para dar direção as ações do governo nas esferas federal, estadual e municipal, cabendo aos comunistas estruturar a pasta, tendo como princípio base o direito ao acesso de cidadão ao esporte, especialmente os historicamente excluídos dessa prática social.

O PT

O Partido dos Trabalhadores (PT)²³ foi fundado no ano de 1980 em São Paulo.

O Partido surge essencialmente da organização sindical dos operários, principalmente, do ABC paulista, no final da década de 1970, mas também de setores da igreja com base na teologia da libertação, intelectuais e outros grupos da esquerda brasileira. Ganha força a idéia de criação do partido frente ao vácuo político pós-repressão do regime militar aos grupos de esquerda, crise nos partidos comunistas tradicionais existentes. É criado sobre a base do socialismo democrático contra uma postura crítica ao reformismo. No seu programa de origem diz: "As correntes social-democratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo imperialista". Na sua organização inicial disputaram formulações marxistas e as que já apontavam para aceitação da ordem liberal, tendências que foram ganhando espaço, na medida em que o partido foi ganhando terreno nas eleições burguesas e destruído o controle da base sobre a direção do partido. O PT ao longo de sua trajetória deixou de ser um Partido Operário Independente (POI), com um programa de interesse dos operários, independente de governos e patrões, financiado pelos próprios trabalhadores, para configura-se hoje como um Partido Operário Burguês (POB), que continua tendo uma base operária, mas com um programa burguês, sem autonomia frente aos interesses da burguesia, afasta-se dessa maneira cada vez mais das suas bandeiras de fundação, de um "partido sem patrões" e das reivindicações

22 Houve denúncias de desvio de até 90% da verba de convênio do ME, segundo fonte do Jornal O Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,empresario-diz-que-ong-desviou-90-de-contrato-do-ministerio-do-esporte,958570,0.htm>. Acesso 12 de novembro de 2012.

23 O Partido dos Trabalhadores foi oficialmente reconhecido como partido político pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral no dia 11 de fevereiro de 1982.

histórica da classe trabalhadora. O PT tem uma enorme responsabilidade pela política de esporte implementada hoje no Brasil, com a colaboração dos demais partidos da base aliada, em especial, o PC do B. Sendo ele contraditoriamente, pelo acúmulo histórico na área, ser o partido da presidente e majoritário no governo, o primeiro que deve se dirigir a presidente Dilma para exigir outra política para o esporte e o lazer condizente com os interesses da classe trabalhadora que a escolheu.

Os Gestores

Em qualquer setor da política governamental os gestores são em sua grande parte estão filiados a partidos políticos da base aliada do governo ou indicados por eles para compor o governo. Na área do esporte, O PC do B é o que mais vem ganhando mais espaços nas esferas estaduais e municipais, como afirmam Silva e Damiani (2011), o esporte é um setor estratégico para o PC do B, onde “já são muitos os comunistas que atuam na gestão pública e entidades ligadas ao esporte. É notável o crescimento do PC do B no setor”.

a) Entidades Esportivas - Comitês, Confederações, Federações e Clubes;

Os Comitês

São entidades não-governamentais de direito privado, que devem ser sem fins lucrativos. Compostos por um grupo de dirigentes que em grande proporção são ex-atletas e que se perpetuam no poder por muitos anos. No caso da maior entidade do

esporte brasileiro Comitê Olímpico Brasileiro (COB), ligada ao Comitê Olímpico Internacional, o seu atual presidente, Carlos Arthur Nuzman, assumiu pela primeira vez a entidade em 1º de julho de 1995 e desde lá quase 18 anos depois continua no poder até o ano de 2016. O mesmo já tinha sido dirigente da Confederação Brasileira de Vôlei (CBV) por 20 anos, desde 1975 até assumir o COB. Nuzman figura com um dos homens mais influentes do esporte brasileiro, mantendo sobre sua tutela um número significativos de atletas, dos quais falaremos mais adiante, mas que participam do Conselho Nacional de Esporte (CNE) sintonizados com os interesses do COB.

As Confederações e Federações

O modelo implementado pela CBV é bem ilustrativo dos interesses de classe que boa parte das Confederações e Federações defende no âmbito do esporte. A CBV foi fundada em 1954, entidade maior do vôlei brasileiro, é filiada ao COB e à Federação Internacional de Voleibol (FIVB). A instituição é organizada por unidades de negócios, onde cada estado brasileiro recebe uma competição oficial por ano organizada pela entidade. Nas características da entidade colocada nos seu site está o de “possuir finanças equilibradas, não devendo nenhum tributo a qualquer órgão governamental”. Chegar a soar como ironia, entidade que sobrevive à custa do estado e do povo brasileiro para beneficiar um número muito pequeno de atletas de alto rendimento. Vale mencionar o papel da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que foi por anos liderada por Ricardo Teixeira, envolvidas

em inúmeras denúncias, inclusive com a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI da Nike/CBF).

*Os Clubes*²⁴

Os clubes têm sua origem como associações, agremiações, ligadas inicialmente a classe dominante, para reunião de pessoas com interesses comuns, convívio social, lazer, esporte. Porém as características dos clubes foram modificando ao longo da história. Hoje para Battaglia (2003), os clubes mesmo que amadores inserem-se no mercado em crescimento, gerando empregos diretos e indiretos. Além de gestão técnica de aportes financeiros advindos de patrocinadores, os clubes devem aprimorar sempre os serviços oferecidos aos sócios, voltados ao esporte, lazer, cultura e convivência social, para atender às demandas dos associados cada vez mais exigentes. Podemos compreender ainda os clubes e seus dirigentes, como parte do mesmo sistema de entidades esportivas (Confederações e Federações). Contudo os grandes clubes mais funcionam como uma empresa com fins lucrativos, o que as mudanças pretendidas pelo artigo 27 da Lei Pelé (Lei Nº 9.615/98) queriam legalizar e que alterações ocorridas pela Lei nº 9.981/2000 não deixaram, deixando-se facultativa a natureza jurídica dos clubes para que podem continuar como associações.

c) os Empresários e Corporações;

O grupo que tem interesse no esporte para aumentar o lucro de suas empresas. Podemos destacar três ordens de empresários envolvidos no setor do esporte: a) os ligados diretamente ao setor esportivo; b) os que patrocinam as atividades esportivas e; c) os que vendem seus serviços para a produção do fenômeno esportivo. Ex.: empreiteiras, de venda de ingressos, etc. Os empresários também se organizam coletivamente para aumentar suas taxas de lucro nas relações de mercado e retirar do Estado os maiores benefícios para suas em empresas como: isenções fiscais, contratos de parceria, de preferência a um preço elevado, etc. Muitos deles vivem da exploração dos atletas profissionais, chamado de maneira camuflada de agenciamento.

As corporações

“É uma forma de controle do negócio. É um grupo de pessoas trabalhando em um conjunto de vários objetivos. O principal deles é obter grandes, crescentes lucros para os donos do negócio”²⁵. As grandes corporações ligadas ao esporte brasileiro, são as que faturam alto às custas do esporte e dos governos. Entre as principais empresas e corporações “patrocinadoras”, ou melhor, “lucradoras” do esporte mundial estão: Coca-Cola, Atos, General Eletric (GE),

24 Vale frisar a dificuldade de encontrar trabalhos científicos que tratem do tema numa dimensão sociológica ou histórica mais ampla. Apontando a necessidade mais estudos sobre a temática.

25 Conceito extraído do documentário “The Corporation” disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=Zx0f_8FKMrY

McDonald's, Omega, P & G, Panasonic e Samsung, Visa, Master Card, Itaú, Nike, Nestle, Procter & Glamber (Gillette), Telefônica e Volkswagen.

d) As Organizações não-governamentais;

São instituições sem fins lucrativos aparentes, mas na nova forma de gestão do Estado brasileiro a partir da década de 1990, com as reformas (neo)liberais implementadas por Bresser Pereira, passam a ser “parceiras” do Estado na execução de uma série de ações, principalmente na área social. As ONG's entram no modelo adotado pelo Estado que é o de “parceria” que podem ser caracterizadas como um acordo onde normalmente algum órgão privado (de diversas naturezas) conduz atividades via financiamento do Estado (é certo que o modelo de “parcerias” também ocorre interagências e interórgãos estatais. No caso do esporte, no alto rendimento as “parcerias” estabelecem-se principalmente com confederações e federações, e no esporte educativo e de lazer com outros órgãos governamentais (estados e municípios) e as ditas entidades do “terceiro setor”. Este modelo atinge um ápice em nossa quadra histórica quando começam a aterrissar por aqui os “megaeventos”, iniciados com os

Jogos Panamericanos de 2007, os Jogos Militares de 2011, a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de 2014, as Olimpíadas de 2016 e a Copa América de 2019. Em que pese a absurda quantidade de dinheiro que estes eventos demandam e movimentam, até o momento nenhuma garantia clara foi dada, ou mesmo demonstrada, de que estes investimentos se reverterão em benefícios para a democratização da política pública de esporte no Brasil. Ao contrário até, os “legados” do Pan de 2007 resumiram-se a um rombo de quase dez vezes o valor do orçamento inicial do evento²⁶ e a descoberta de que praticamente nenhuma das estruturas construídas seria aproveitada nem mesmo para a Olimpíada, e a Copa do Mundo, que seria a “copa da iniciativa privada” segundo o ex-presidente da CBF Ricardo Teixeira, tem apenas pouco mais de 1% dos seus investimentos totais vindos do empresariado²⁷ e a construção de estádios moderníssimos e caríssimos em locais onde sequer existem equipes de futebol disputando competições de expressão e que possuem média de público por partida pífia. (OLIVEIRA, 2013, p. 16-17). Ainda, segundo Oliveira (2013) como base em Fontes (2012), entende as ONG's como aparelhos privados de hegemonia²⁸, sendo seu papel derivado da sua atuação na luta de classe.

26 Nota de rodapé 2 do autor: “<http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u632797.shtml>”.

27 Nota de rodapé 3 do autor: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,ERT220450-16418,00.html>

28 “Os aparelhos privados de hegemonia são a vertebração da sociedade civil, e se constituem das instâncias associativas que, formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntária sob inúmeros formatos [...] não são homogêneos em sua composição e se apresentam muitas vezes como totalmente descolados da organização econômico-política da vida social” (OLIVEIRA APUD FONTES, 2013, f.46)

e) Os Produtores: atletas, trabalhadores e praticantes.

Os Atletas

A atuação política dos atletas está articulada pelo COB, poucos têm atuação independente do comitê e de suas confederações. A partir de 2009 o COB cria a Comissão de Atletas do COB, inspirada na comissão do COI, tendo como primeiro presidente, Bernard Rajzman. No dia 26 de fevereiro de 2013 foi eleita uma nova Comissão para o período 2013-2016 tendo como novo presidente, Emanuel Rego, dono de três medalhas olímpicas no vôlei de praia e como vice-presidente, Hortência Marcarí, campeã mundial e medalhista de prata nos Jogos Olímpicos Atlanta 1996. Os atletas e ex-atletas compõem o Conselho Nacional de Esporte nas vagas de Representantes do Desporto Nacional, passam a dirigir as Confederações e Federações, alguns alçam voo na política institucional, na condição de parlamentares (vide Bancada do Esporte) ou como Secretários de Esporte dos Estados e municípios, outros optam por serem técnicos ou representantes, “donos”, de ONGs ligadas ao esporte. Em grande medida associados aos interesses das grandes corporações ligadas ao esporte.

Os trabalhadores

Os demais trabalhadores (árbitros, professores de Educação Física, técnicos,

etc) – já que consideramos os atletas profissionais também trabalhadores do esporte – estão em sua grande maioria ligados aos comitês, confederações, federações, clubes e ONG’s não possuindo organizações de classe autônomas a essa estrutura. As existentes em sua maioria são ligadas ao esporte de alto rendimento. A modalidade que possui um maior nível de organização dos trabalhadores é o futebol, porém ainda de interesses corporativos e de formação profissional. A Associação Nacional de Árbitros de Futebol (ANAF) que tem ligados a entidade, sindicatos de árbitros de todos os Estados brasileiros, mas que ainda pouco participam na disputa dos rumos da política de esporte. Em relação aos professores de Educação Física a principal entidade nacional que diz representá-lo o CONFEF/CREF²⁹, ligados aos setores mais reacionários da área, que desde a Regulamentação do Profissional de Educação (Lei nº 9.696/98) passou a fiscalizar e punir, ameaçar, os professores que não sejam registrados no conselho, fazendo ingerência na formação, patrocinando sobre a divisão da área entre licenciados e bacharelados, jogando trabalhador contra trabalhador.

Os praticantes

São milhares de brasileiros que produzem e reproduzem a cultura esportiva das mais diversas formas, nas mais diversas e adversas condições. Os que mesmo sem um Sistema Esportivo Nacional, a garantia

29 Aprofundar em Nozaki, Hajime T. Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão. Tese de doutorado (Doutorado em Educação), Niterói: Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 2004. E no blog do Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR), movimento de professores contrários a regulamentação. <http://mncrf.blogspot.com.br/>

do Estado desse direito social, praticam o esporte lúdico e/ou agonístico transmitido as novas gerações o gosto pelo esporte, principalmente, na sua dimensão alienada e alienante, associado aos valores da classe dominante, por não terem outras condições objetivas para a praticá-lo.

f) Os consumidores

Em grande medida os produtores são também consumidores do esporte referente ao seu valor de uso, contudo, com a mercadorização do esporte, esse é cada vez mais separado produtor e os produtos fruto do trabalho dos praticantes, trabalhadores do esporte são expropriados e o produto do seu trabalho é transformado em mercadoria. Passamos a ter uma grande massa que não pratica esporte, mas que consome os seus produtos e sub-produtos esportivos, principalmente, os chamados torcedores do esporte. Assim são entendidos pelo próprio Estatuto do Torcedor (Lei nº 10.671/2003) no Brasil. O Estatuto foi alterado em 2010 para atender as exigências e interesses da FIFA, referentes à realização da Copa de 2014, o que chamo de atentado não aos direitos dos consumidores, mas a soberania nacional.

Realizamos essa apresentação dos sujeitos que compõem a arena do esporte para que possamos ter a dimensão de quão complexo é tratar da política de esporte considerando-a na sua totalidade, perceber as contradições, os conflitos e os consensos existentes numa sociedade de classe, captando as tendências que se configuram e as possibilidades superadoras sintetizadas com as reivindicações históricas dos trabalhadores. Passamos a explicitar as contradições na política de esporte expressa

por meio das Conferências Nacionais de Esporte, com intuito de apontar tendências e possibilidades superadoras.

A origem das conferências no Brasil

As Conferências Públicas foram criadas no governo Vargas, pela Lei nº 378, de 13 de Janeiro de 1937, seu principal objetivo era o de facilitar o conhecimento do Governo Federal acerca das atividades relativas à saúde e de orientá-lo na execução dos serviços locais de saúde. Segundo Petinelli (2011), a lei definiu que as conferências seriam convocadas pelo Presidente da República com a participação do governo federal, estados e municípios de representantes da sociedade que tivesse relação com área temática do encontro. Desde então, as conferências têm sido convocadas por meio de Decreto Presidencial e têm sido realizadas pelos Ministérios ou Secretarias da área, com o apoio do Conselho a eles vinculado. Hoje elas ganham novo significado, novo conteúdo histórico, enquanto espaços de debates, mas, sobretudo, de formulação de consenso, dissimulando dos interesses de classe do Estado burguês. Nos mandatos do presidente Lula a organização das conferências ganharam centralidade e passou a contar com o suporte da Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), sendo considerada como ponte de diálogo com o próprio governo federal.

Segundo dados da Controladoria Geral da União (CGU) foram realizadas 74 conferências nacionais entre 2003 e 2013. Foi convocada até uma conferência para discutir esse tipo de mecanismo de controle social, a Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial),

que de acordo com o seu texto base, define a conferência como uma ferramenta de participação social, com a finalidade de institucionalizar a participação da sociedade nas atividades de planejamento, gestão e controle de uma determinada política ou conjunto de políticas públicas. Momento de reflexão que permite avaliação de ações realizadas anteriormente e o aprofundamento da discussão a respeito dos temas propostos. Espaço público de debates, mecanismo institucional de democracia participativa. São grandes fóruns organizados, em que os diversos segmentos da sociedade debatem, por meio de metodologia específica, todas as políticas públicas do país que sejam referentes aos temas discutidos. A transparência pública e o controle social são os temas centrais da 1ª Consocial.³⁰

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2009)³¹ sob o marco do projeto democrático participativo, como avaliou o governo Lula, as conferências tornaram-se símbolo da democracia participativa no Brasil, levando em consideração a frequência de suas realizações, do grande número de pessoas e movimentos sociais envolvidos, além das novas temáticas incluídas no debate político. Contudo a própria pesquisa demonstrou que faltam mecanismos legais para incorporação e execução das deliberações aprovadas nas conferências. Para eles a capacidade de influência na agenda das políticas públicas deriva do vínculo estabelecido com o marco legal, mesmo que ainda assim não assegure a aplicação das decisões na sua totalidade.

Os estudos Petinelli (2011) e Castelan (2010) demonstram a pouca influência das conferências na agenda política do governo federal, nos temas principais e no financiamento. Petinelli (2011) aponta que as com maior poder de influência são as de Saúde, de Direitos da Criança e do Adolescente e as de Assistência Social que possuem maior amparo legal. As conferências são arena de disputa, conflitos entre os interesses divergentes, antagônicos - conforme os estudos da área da saúde, com referência em Gramsci - para enfatizar o papel consultivo e de assessoramento desses espaços para o parlamento, assemelhando-se com a concepção original de criação no governo Getúlio Vargas. Algumas organizações políticas, em destaque a IV internacional³², vêm alertando sobre a utilização dos espaços das conferências com espaços de falsificação de consensos entre os trabalhadores e a burguesia, cooptação das lideranças e desvio das ações dos sindicatos e movimentos sociais com perda de autonomia e independência, já que o controle das Conferências está nas mãos do governo. Na mesma linha da crítica inserem-se os chamados Conselhos de controle social, hegemonzados por membros do governo ou indicados por ele, juntamente com membros da sociedade civil alinhados com os interesses burgueses.

Na área da política de esporte os estudos de Mascarenhas e et al.(2009), Castelan (2010), Silva (2011) e Mata (2011) questionam se as Conferências têm influenciado de fato as ações práticas do governo ou se apenas balizam documentos que não tem

30 Conforme texto-base 1ª Consocial. <http://www.consocial.cgu.gov.br/o-que-e/Acesso> em 27/03/12.

31 Na publicação Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas (IPEA, 2009).

32 Organização fundada por Leon Trostky em 1938, sobre a base do Programa de Transição.

efeito prático algo, sendo um “marco mais retórico do que concreto” (MASCARENHAS et al., 2009), servindo apenas de “isca”, como “um engodo para ocupar os setores preocupados em transformar e democratizar as práticas esportivas e de lazer” (CASTELAN, 2010, p. 84). Uma boa síntese sobre o governo Lula, a composição do ME e das prioridades políticas dele decorrentes é realizada por Taffarel e Santos Jr. (2007) no artigo intitulado “Como iludir o povo o Esporte para o público”, bem antes da maioria das críticas esboçadas à política de esporte dos governos Lula/Dilma. O que vem ocorrendo segundo Taffarel e Santos Júnior (2007, p. 64-65) é um aparelhamento cada vez mais aprofundado com o saque que tem sido feito aos cofres públicos por via das ONG’s³³ e pelos interesses privados³⁴. Trata-se da transferência de verbas públicas para a iniciativa privada.

As Conferências Nacionais de Esporte

As Conferências vêm sendo utilizado pelo Ministério do Esporte desde 2004, quando foi instituída a Conferência Nacional de Esporte (CNE) pelo “Decreto

Presidencial de 21 de janeiro de 2004, configurando-se como espaço de debate, formulação e deliberação da Política de Esporte e Lazer no país”³⁵.

O processo de construção das conferências analisadas previa a realização de etapas Municipais ou Regionais, Estaduais e Nacional. Para discussão das propostas a partir de um “Texto-base” e para a escolha de delegados³⁶. No decurso da pesquisa chegamos a solicitar ao ministério as resoluções das conferências estaduais para confortar com as deliberações da Conferência nacional, sendo informada que o ministério não dispunha desse material, informando a lista de contato dos gestores estaduais para que fosse solicitado diretamente aos mesmos³⁷.

A comissão organizadora das três Conferências foi composta pela Secretaria Executiva do Ministério do Esporte (ME), Secretaria Nacional de Esporte Educacional (ME), Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (ME), Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL), Comissão Nacional de Atletas (CNA), Fórum Nacional de Secretários e Gestores do Esporte, Associação Nacional de Secretários Municipais de Esporte e Lazer (ASMEL), Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Comitê Paraolímpico Brasileiro

33 Aprofundar assunto na dissertação de Oliveira (2013) que entende as ONG’s como Aparelhos Privados de Hegemonia, passível de fazer extensão do conceito para Confederações, Federações e os grandes clubes.

34 Agnelo Queiroz foi eleito governado do Distrito Federal, depois apareceu na imprensa envolvido com escândalos e o seu sucessor Orlando Silva, também do PC do B, foi afastado do cargo pela presidente Dilma após denúncia de corrupção em contrato com ONG’s ligadas ao seu partido. O PC do B continua à frente do ministério com Aldo Rebelo.

35 <http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/> Acesso em 12 de fevereiro de 2013.

36 O Ministério do Esporte arcou com todas as despesas dos delegados com alimentação, transporte e hospedagem.

37 Realizado contato por e-mail com a professora Cássia Damiani que repassou a solicitação para um de seus assessores que deu as informações relatadas. Enviado e-mail para lista dos gestores só obteve respostas do atual prefeito de Vitória-ES, informando que não era mais secretário estadual e informando contato do atual gestor. Que, como os demais gestores, não respondeu a solicitação.

(CPB), Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), dentre outras representatividades nacionais (BRASIL, 2010).

Essa composição já reforça a compreensão anteriormente levantada do controle do Estado sobre a Conferência, diminuindo as margens de avançar na política em favor da classe trabalhadora, além de contar com os setores mais reacionários da área (CONFEF, Comitês Olímpicos e Confederações).

I CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPORTE (2004)

A I CNE ocorreu em Brasília-DF, no período de 17 a 20 de Junho de 2004 com o tema “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”. Os dados oficiais informam que estiveram presentes 861 delegados eleitos em 60 Conferências Municipais e 116 Regionais, que ocorreram em 873 Municípios, 26 Estados e Distrito Federal, com o envolvimento total de 83 mil pessoas no processo. No texto básico disponibilizado para os participantes foram apresentado os princípios, as diretrizes e os objetivos da conferência, além de propostas de ação por eixo temático. O Ministro na época, Agnelo Queiroz (PC do B³⁸), na apresentação do documento coloca que estava em construção uma Política Nacional de Esporte com mudança de conceito e tendo com foco a inclusão social,

vista no próprio tema da conferência. Para o ministro “a Conferência mostrou que o Brasil está construindo um verdadeiro pacto nacional pelo esporte” (BRASIL, 2004). Porém, salientamos que o conteúdo do texto básico aponta para o entendimento do esporte e do lazer enquanto direitos sociais, atrelando-o ao compromisso de alteração do quadro de exclusão e de injustiça social. O documento alerta para que não se deva ver o esporte e o lazer como solução ou desvio dos problemas sociais, temos que ver os seus aspectos positivos e negativos. (idem, 2004). Concepções diferentes no mesmo documento expressam as contradições, que mais adiante vamos demonstrando mais detalhadamente entre os discursos e as práticas. Os eixos temáticos foram oito, a seguir: Esporte e Alto Rendimento; Esporte Educacional; Futebol; Esporte, Lazer e Qualidade de Vida; Direito ao Esporte e ao Lazer; Esporte, Economia e Negócios; Esporte, Administração e Legislação; Esporte e Conhecimento.

Documento Final - Carta de Brasília

É uma síntese de apenas duas páginas, quase em forma de manifesto, dos resultados (não só em termos de propostas aprovadas, mas políticos) do processo de realização da I CNE, mas que é muito elucidativa, quando lida nas entrelinhas. Destacamos aspectos ideológicos e políticos da carta. Primeiro o apelo sentimental do

38 O Partido Comunista do Brasil está à frente do Ministério do Esporte desde a sua criação no ano 2003. E já demonstra nessas poucas palavras do ministro qual a intencionalidade, a utilização do esporte para realizar um pacto nacional, onde dilui-se as fronteiras e antagonismos de classe. Ao longo desses 10 anos a história vem demonstrando quem vem se beneficiando desse pacto nacional, os setores reacionários da área do esporte e a burguesia nacional. Merece estudo mais aprofundado e crítica severa a posição dos “comunistas” na liderança do esporte brasileiro.

início da carta e a afirmação que “nossos sonhos começam a virar realidade”. Vemos hoje quase 9 anos depois que boa parte das proposições em favor do esporte para todos não saíram do papel. Diz o documento “E ficou claro: esta luta não tem donos. É de todos os brasileiros e brasileiras em favor de uma sociedade melhor”. E ficou claríssimo mesmo, quando dito de forma direta que toda a mobilização da conferência se transforma num entendimento nacional pelo esporte, pacto na linha da união de todos, sem distinção de classe, pelo esporte. Os slogans para iludir o povo, democracia participativa, controle social e inclusão social, este último colocado como foco da política. De que inclusão está se falando? Menciona a construção do Sistema Nacional de Esporte Lazer que será descentralizado e regionalizado. Mas, não diz em que termos será realizado. A descentralização³⁹ pode ser feita de forma a sobrecarregar os municípios, por exemplo, como no caso da educação básica, inclusive há casos em que pode aumentar as desigualdades, entre outros problemas. Anuncia o apoio a Lei de Incentivo ao Esporte e Bolsa-atleta, posteriormente, aprovadas pelo Congresso Nacional. E finaliza afirmando que as teses e propostas aprovadas na conferência iriam referenciar a Política Nacional de Esporte Lazer.

Destacamos a importância do documento, principalmente, a parte da “Resolução sobre a criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer”, estruturante para criação do sistema. Mas, que não vai adiante. A resolução de criação do Sistema Nacional do Esporte define princípios, diretrizes e

objetivos estruturantes que visam “unificar a ação do conjunto dos atores compreendidos no segmento do esporte e do lazer em todo território nacional” (BRASIL, 2004, p.13).

Os princípios são: 1) O do projeto histórico de sociedade comprometido com a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social ao qual se submete grande parcela da nossa população; 2) O do reconhecimento do esporte e lazer como direitos sociais; 3) O da inclusão social, compreendido como a garantia do acesso aos direitos sociais de esporte e lazer a todos os segmentos, sem nenhuma forma de discriminação, seja de classe, etnia, religião, gênero, nível socioeconômico, faixa etária e condição de necessidade especial de qualquer natureza; 4) O da gestão democrática e participativa, com ênfase na transparência no gerenciamento dos recursos.

Esses princípios levado seriamente pelo poder público, em especial o ME, representariam um avanço significativo em relação à política anterior, contudo os dados analisado da II e III CNE e que serão expostos, posteriormente, demonstram o quão distante esses princípios estão da atual política de esporte no Brasil. Nossos sonhos parecem mais um pesadelo. Segundo Castellán, nenhum destes quatro princípios é observado na estrutura do esporte nacional, que continua pautado em uma estrutura piramidal, subordinada ao esporte de rendimento, excludente, que não tem compromisso com um projeto histórico de sociedade diferente da atual e com uma gestão que mistura o dinheiro público com a ação de entidades de direito privado,

39 Aprofundar em SOUZA, C. e CARVALHO, I. M. M. de. Estado, descentralização e desigualdades. São Paulo: Revista Lua Nova, Nº 48, 1999.

nada transparentes ou democráticas. (CASTELLAN, 2010, p. 89)

II CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPORTE (2006)

A II CNE ocorreu em Brasília-DF, no período de 04 a 07 de maio de 2006 com o tema “Construindo o Sistema Nacional de Esporte”. Os dados oficiais informam que foram realizadas 326 conferências regionais ou municipais, que envolveu 2.242 Municípios. Foram eleitos 846 delegados entre eles 68,7% eram homens e 31,48% eram mulheres. Em relação a I CNE houve um aumento significativo de municípios participantes. Teve como objetivo aprofunda a discussão sobre a Política Nacional de Esporte, visando (re) construir o Sistema Nacional de Esporte, levando em consideração as esferas local, municipal, estadual e federal, os poderes instâncias e instituições, procurando avançar na articulação dos agentes que atuam na área. Os Eixos proposto para II CNE foram os mesmo do Sistema Nacional de Esporte e Lazer: Eixo 1 - Estrutura: organização, agentes e competências; Eixo 2 – Recursos Humanos e Formação; Eixo 3 – Gestão e controle social; Eixo 4 – Financiamento. O debate partiu do já aprovado na I CNE e dos documentos apresentados na Coletânea de Texto⁴⁰ e segue a mesma tônica deles, que em alguns momentos os tornam repetitivos. Destacamos que a II Conferência também se baseia na Resolução nº 05 do Conselho

Nacional de Esporte, aprovada em 14 de junho de 2005, que foi entregue aos delegados, como texto IV “Política Nacional de Esporte”.

O documento toma como ponto de partida no preceito constitucional, artigo 217 que “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais; como direito de cada um (...)” e apresenta como princípios da Política Nacional de Esporte: 1) Da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social; 2) Do Esporte e do Lazer como direito de cada um e dever do estado; 3) Da universalização e inclusão e; 4) da democratização da gestão e da participação. Bem semelhantes ao esboçado na I CNE⁴⁰, mas demonstram um amadurecimento dos eixos do Sistema Nacional de Esporte.

Já em relação às diretrizes da Política Nacional de Esporte podemos constatar uma diversidade grande e que partem de concepções de esporte completamente distintas, são eles: a) Universalização do acesso e promoção da inclusão social; b) Desenvolvimento humano; c) Ciência e Tecnologia do Esporte; d) Promoção da Saúde; e) Paz e Desenvolvimento da Nação; f) Desenvolvimento Econômico; g) Gestão democrática: participação e controle social e; h) Descentralização da Política Esportiva e de Lazer. Melo (2011) destacou documento “Política Nacional de Esporte” (BRASIL-MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2005) a ação articulada entre Ministério do Esporte e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, com vistas a possibilitar “... o financiamento

40 A Coletânea de Textos era composta por: Apresentação; Texto I – Orientações para o debate dos Eixos do Sistema. Anexo – Resolução de Criação do Sistema Nacional de Esporte Lazer; Texto II – Fundamentação sobre o Sistema Nacional de Esporte e Lazer; Texto III – Relatório do I Fórum do Sistema Nacional de Esporte e Lazer; Texto IV – Considerações sobre o Projeto de Lei do Estatuto do Esporte e; Texto V – Política Nacional de Esporte.

de projetos sociais por meio de incentivo fiscal legal” (BRASIL- Ministério do Esporte, 2005, p. 15). Isso implica que os chamados projetos esportivos sociais possam receber recursos via Fundo Nacional para a Criança e Adolescente (FNCA), a partir da criação da chamada Comissão de Chancela aos Projetos Esportivos Sociais, no interior do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). (BRASIL-MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2004b). (MELO, 2011, p. 291).

Cabe destaque a maior influência do CONFEF, chegando à definição de que ao profissional de Educação Física cabe “Desenvolver as atividades do âmbito de sua atuação privativa, conforme regulamentação dessa profissão”. Indícios de que os setores reacionários começam a (re)tomar o terreno aparentemente perdido na I CNE. Ainda, como pudemos contatar os slogans de democracia, participação, controle social e inclusão social continuam presentes com força nas resoluções. Logo após a conferência foi aprovada a Lei da Bolsa-atleta e a Lei de Incentivo ao Esporte. Quando da aprovação da Lei, a ex-jogadora de basquete “Magic” Paula alertou para o perigo de os recursos serem apoderados pelos setores já organizados do EAR [Esporte de Alto Rendimento]. A Lei de Incentivo ao Esporte saiu como o maior ganho da II CNE, mas quem mesmo ganhou com a aprovação dessa Lei? Por certo não foram os que lutam pela universalização do esporte.

III CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPORTE (2010)

A III CNE “Por um time chamado Brasil” ocorreu em Brasília-DF, no período de 03 a 06 de junho de 2010 com o tema “Plano Decenal de Esporte e Lazer – 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”. Os dados oficiais informam ter sido a maior conferência realizada pelo segmento e contou com a participação de 220 mil brasileiros e brasileiras de 3.112 municípios de todas as regiões e unidades da federação. Em relação a I e II CNE houve um aumento significativo de municípios envolvidos, além do número de participantes, cerca de 1.500, entre delegados, palestrantes e convidados.

Vale destacar que o tema escolhido para III CNE foi relacionado ao Esporte de Alto Rendimento e Megaeventos esportivos⁴¹, o que foge bastante da linha – Desenvolvimento humano e Construção do Sistema Nacional de Esporte – estabelecida nas conferências anteriores. Além de só ocorrer após 4 (quatro) anos de realização da II conferência, desrespeitando as deliberações da I e II conferências que estabeleciam a periodicidade bienal para o evento. O grande objetivo da III CNE fica bastante claro no tema, construir um Plano para em 10 anos colocar o Brasil entre as 10 potências olímpicas e paraolímpicas do mundo. Resumidamente, as linhas estratégicas estão subordinadas ao objetivo do Esporte de

41 Observamos que as decisões para que o Brasil fosse cede da Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 não foram retiradas dos debates nas conferências. Decisões essas ligadas aos interesses econômicos dos setores reacionários do esporte (COI, COB, FIFA, CBF, entre outras) e políticos do governo.

Alto Rendimento, todas as ações devem ter essa meta no horizonte. Não é a toa que setores reacionários como o CONFEF⁴² e confederações ganham mais espaço nessa conferência. As linhas estratégicas adotadas foram: Sistema Nacional do Esporte e Lazer; Formação e Valorização profissional; Esporte, Lazer e Educação; Esporte, Saúde e Qualidade de Vida; Ciência, tecnologia e Inovação; Esporte de Alto Rendimento; Futebol; Financiamento do Esporte; Infraestrutura esportiva; Esporte e Economia.

Foi entregue um material em uma pasta, extremamente rico aos participantes, com uma coletânea de textos organizada em três volumes, contendo toda a produção do ME desde 2003, mais caderno intitulado "Texto Básico". O Caderno I – onde se encontram todas as produções oriundas da I CNE. O Caderno II – onde se encontram todas as produções oriundas da II CNE. O Caderno III – onde se apresentam os programas e ações do Ministério. E ao final apresenta um texto para relatar "a experiência de disputa, preparação e realização de grandes eventos multiesportivos internacionais, atividade que impacta em todas as ações do ME" (BRASIL, 2010, p. 66). Ou seja, um texto para justificar a mudança bruta de rota do ministério e preparar o terreno, elogiando os eventos já realizados, para construir os consensos necessários para atender essa demanda do capital em detrimento da universalização do acesso ao esporte e lazer. O texto que começa com a campanha para sediar a Olimpíada de 2016, aponta que o

Governo federal foi envolvido pela disputa após a decisão já ter sido tomada pela Prefeitura e Governo do Estado do Rio. Segundo Castellán (2010, p. 106) em nenhum momento no texto foi apontada a influência do Comitê Olímpico Brasileiro, Internacional, ou de qualquer outra Federação, Confederação, Associação ou organização de direito privado no processo. Portanto, o tema da III CNE, dedicado ao esporte de alto rendimento e aos Megaeventos não é nenhum passe de mágica, mas diz respeito aos interesses econômicos e políticos das elites dirigentes.

Nas considerações finais do caderno III é colocada a questão de que o Esporte passou a ser uma "política de Estado" e que os próximos dirigentes encontram o setor estruturado e com um orçamento quatro vezes maior. Além de exaltar os benefícios dos megaeventos, finaliza utilizando o slogan de democratização do acesso ao esporte e lazer com qualidade social.

No texto Bases encontra-se o texto sobre Plano Decenal e orientações aos participantes sobre o funcionamento da conferência e proposições para "Linhas Estratégicas", Ações e Metas. Chamou atenção no texto foi a "Palavra do Ministro", na época o Orlando Silva, que destacava os eixos da política do esporte nos últimos quatro anos, a saber: inclusão social; melhoria da infraestrutura; incentivo ao esporte de alto rendimento e inclusão do Brasil no seleto rol dos países que se credenciaram a promover grandes eventos esportivos. (BRASIL, 2010, p. 5).

42 Ver publicação na página do CONFEF <http://www.confef.org.br/extra/revistaef/show.asp?id=3878>, onde se vangloria pela valorização do profissional de Educação Física que é citado pelo ex-presidente Lula na abertura da conferência e podemos constatar que a palavra "profissional de Educação Física" que trás consigo uma concepção de divisão da área, reserva de mercado, aparece várias vezes nas resoluções da III CNE. Nas anteriores o termo que aparecia era agente social de esporte e lazer, que tentava englobar todos os trabalhadores do setor.

Em nenhum dos documentos oriundos do debate das I e II CNE e nem na Resolução nº 05 do Conselho Nacional de Esporte, aprovada em 14 de junho de 2005, intitulada “Política Nacional de Esporte” encontra-se esses quatro eixos apresentados pelo ministro, uma total desconsideração e falsificação da história. Os princípios presentes na Resolução de 2005: 1) Reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social; 2) Do esporte e do lazer como direito social; 3) Da universalização e inclusão social e; 4) Da democratização da gestão e participação. Contudo, as palavras do ministro parecem ser a política real tocada pelo ministério⁴³, a reboque dos interesses privados. Sobre o eixo anunciado sobre a melhoria da infraestrutura deveria ser acrescido de melhoria da infraestrutura para o esporte de alto rendimento, restando apenas o “verniz” que estava faltando da inclusão social, o slogan para iludir o povo e ajudar a construir o consenso. O texto expõe os princípios do Plano Decenal, quais sejam: Universalização, inclusão social e desenvolvimento humano pelo esporte; Democratização da gestão e da participação popular; Esporte como desenvolvimento econômico e nacional; Elevação do nível cultural esportivo da população. Os princípios apresentados estão em clara dissonância com o discurso do ministro e as prioridades anunciadas e executadas. Aproximando-se ao proposto nas conferências anteriores, exceto, o “Esporte como desenvolvimento econômico e nacional”.

As deliberações da III CNE

Mais uma vez são elucidativas a “Palavra do Ministro” na abertura do Documento Final. Afirma que III CNE foi um sucesso e que tem a convicção “de que temos um país disposto a se transformar em uma potência esportiva, associando a busca por resultados no alto rendimento com uma base sólida da dimensão educacional e cidadã pelo esporte e lazer” (BRASIL, 2010, p. 7). Deixa claro que existe uma inversão pauta do ME o esporte de alto rendimento e os resultados estão á frente das demais dimensões.

Outra passagem que chama atenção é quando afirma o contexto de estabilidade econômica e de inserção do Brasil no cenário mundial são fatores propício para impulsionar a cadeia produtiva do esporte. A lógica produtiva, do esporte mercadoria, está explicitamente instalada no ministério. E finaliza de maneira triunfal: “Agora é hora de ‘arregaçar as mangas’ e colocarmos o Plano Decenal de Esporte e Lazer em prática. Brasil, potência esportiva: Vamos confiantes em direção à vitória!”(p. 7). Sabemos quem vai “arregaçar as mangas”, mas que por certo não sairão vencedores se essa política prevalecer.

Fizemos a análise das deliberações que constam do material da III conferência levando em consideração as proposições sobre os seguintes aspectos: 1) Financiamento; 2) Legislação; 3) Infraestrutura; 4) Formação e atuação profissional; 5) Produção do conhecimento e; 6) Organização e gestão.

43 Apresentaremos alguns dados sobre o financiamento, mais na frente, extraídos dos estudos de Castellan (2010) e Oliveira (2013) que justificam essa afirmação.

1. Financiamento: O estímulo as Parcerias Público Privadas (PPPs). Incentivos Fiscais, com um agravante que não mais para os investimentos em esporte e lazer de maneira ampla, mas para quem investir, com ênfase, em atletas e para-atletas. Prorrogação da Lei de Incentivo ao Esporte até 2025. Criação de um Fundo Nacional para Esporte e Lazer, dele garantir que 10% dos recursos sejam aplicados na seguinte proporção: 5% em Esporte Escolar, 5% em Esporte Universitário, 10% para Federações esportivas e ligas. Num claro privilégio ao esporte de rendimento, nem sequer o esporte de lazer é mencionado.
2. Legislação: Foi aprovado elaborar e encaminhar ao Congresso Projeto de Lei para criar Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Esse projeto já tinha sido elaborado e aprovado em 2006 na II CNE? Ou seja, provavelmente vai ser desconsiderada a construção do sistema anterior. Propor um projeto de emenda constitucional (PEC) vinculando 2% do orçamento da União; 1,5% dos Estados e Distrito Federal e 1% dos Municípios para esporte e lazer. Importante medida, se garantida à aplicação por entes públicos.
3. Infraestrutura: Sempre uma preocupação presente nas conferências, nessa edição pensada para a acessibilidade. Aprovação de propostas de cobrir construções com equipamentos em 100% das instituições públicas de educação básica, 100% dos municípios, sem nenhum prazo estabelecido. Mas quando meta é criar centros de treinamento e pesquisa para esporte de alto rendimento em todas as unidades da federação, o prazo aparece é de cinco anos. E criação de centro esportivo de atletismo em 100% dos estados até 2012. Estou colocando essas questões para demonstrar as prioridades dadas na III CNE. Outro detalhe que aparece em relação à infraestrutura é a “obrigatoriedade da supervisão de profissionais de educação física graduados, habilitados e credenciados pelo sistema Confef/Cref.” (p. 53) E outras propostas descabidas como “implantar academia da cidade”, centros de promoção da saúde e atividade física, mais parecia uma conferência do Ministério da Saúde. A preocupação com o lazer desaparece quase que completamente nessa conferência.
4. Formação e atuação profissional: Nesse eixo o sistema Confef/Cref atuou fortemente, na verdade eles foram bem organizado e atua articulado em cinco Linhas Estratégicas das dez. Sendo aprovado: a criação, implementação e efetivação de “uma política de formação continuada e permanente para os profissionais de educação física, que garanta o cumprimento das normas do Conselho Nacional de Educação e do sistema CONFEEF/ CREF; a implementação e apoio a cursos em conformidade com a Lei 9898/98 (p.35); a restrição da

atuação ao profissional da educação física por várias vezes no documento; valorização apenas do profissional de educação física devidamente registrado em seu conselho profissional. Praticamente houve uma padronização em relação perfil do profissional que deve atuar, que é profissional de educação física registrado no conselho, praticamente nenhuma referência aos agentes sociais de esporte e lazer. Um tentativa clara de ingerência na formação dada pelas universidades aparece no documento, além querer incidir sobre a Educação Física escolar, colocando a necessidade de garantir no mínimo três aulas semanais. Estímulo ao trabalho e formação em marketing e mídias esportivas, toda uma lógica de formação voltada unicamente para mercado está presente nessa III CNE. Em ataque à autonomia universitária é aprovado que atleta em idade de vestibular terão vagas garantidas nas IES públicas através de cotas. O único ponto de destaque para os trabalhadores foi a de criação de piso salarial nacional para profissionais de educação física e demais que atuam no setor.

5. Produção do conhecimento: “Ampliar em 100%, a cada 2 (dois), o apoio às pesquisas desenvolvidas pelas redes CENESP e CEDES, visando à progressiva equiparação das duas redes”; As PPPs também aparece como saída para o desenvolvimento dessa linha estratégica. Realizar diagnóstico do esporte de

quatro em quatro anos. Desde a I CNE (2004) que apareceu a proposta de um diagnóstico e até hoje não foi realizado.

6. Organização e gestão: A grande preocupação em relação à gestão que aparece várias vezes no documento é desburocratização. A preocupação com a gestão participativa controle social quase não aparecem nas deliberações. Permanece a linha descentralização.

Não podíamos deixar de mencionar a Carta de Brasília: Por um Time chamado Brasil!. O texto afirma que a III CNE “expressou a inteligência coletiva e foi o ápice de um processo de consolidação de importantes consensos iniciado em sua primeira edição, em 2004, e mantido na segunda conferência, em 2006”. (p. 15). Destaca novamente o momento de estabilidade econômica do país, de confiança para investimentos, ou seja, um mercado atrativo, principalmente, hoje com a configuração da crise nos países europeus.

CONCLUSÕES

Mesmo em conferências com correlação de força desfavorável a classe trabalhadora, bem como, com conferências montadas em cima dos interesses do esporte de alto rendimento, com participação forte de setores reacionários, incentivos a privatização, como foi o caso da III Conferência, no que se refere às questões conceituais, as “palavrinhas mágicas” ou os slogans, democratização, inclusão social, participação e controle social, continuam habitando o

mesmo espaço, sendo utilizadas nas deliberações aprovadas nos eixos da conferência. Nossa análise também confirma as lacunas, contradições e tensões que envolvem as políticas de esporte e lazer no país, tais como a dinâmica da centralização e descentralização, da quantidade e qualidade e do público e privado apontadas por Mascarenhas et alii, 2009. Devemos sim estar atentos a essas contradições, elas são de fundamental importância para apontarmos as tendências e definir o rumo que deve tomar a política de esporte. Vimos claramente o pólo dos interesses privados ganharem força na última conferência (CONFEF, Sistema “S” e o mercado).

Muitos dos intelectuais que hoje criticam a política das conferências e o rumo que tomou a política de esporte do país foram os que apostaram nas conferências e arrefeceram suas críticas, principalmente, durante o primeiro governo Lula ou até enquanto estiveram inseridos no Ministério do Esporte. Outra questão que queremos destacar é que evidenciamos uma mudança mais explícita no rumo da política de esporte, após a decisão de sediar os megaeventos esportivos, em favorecimento às posições reacionárias, privatistas e de privilégio do esporte de alto rendimento. Contudo, essas posições e tendência já apareciam, mesmo que com menor força, desde os documentos e resoluções da I CNE.

Diante do exposto entendemos que o maior interesse ideológico associado ao esporte hoje é a de formar uma legião de consumidores, que não medem esforços para comprar a camisa do seu clube, um tênis da Nike, comprar ingressos para uma partida de futebol, etc. A decisão de realizar os megaeventos esportivos na América Latina, em especial no Brasil, está associada

aos interesses econômicos e de controle do imperialismo, expansão de mercado, frente à crise financeira instalada na Europa e nos Estados Unidos.

Os mecanismos de controle, de contenção das massas engendram-se nas arenas do esporte, no caso analisado, nas conferências nacionais. A ampliação da participação dos trabalhadores e de suas organizações nos espaços do Estado faz parte do que Silva (2003) chama de democracia participativa, gestada na Europa dos anos 1960, no bojo da luta sindical e popular, assumida por alguns governos da dita “Nova Esquerda” e que ganha novos contornos na reforma do Estado, inova na forma, mas que conserva o interesse de controle.

O histórico da realização dessas conferências demonstra a enorme distância entre o deliberado em favor da classe trabalhadora, no caso do esporte, no que diz respeito à socialização dos meios de produção da cultura corporal e a política de fato materializada. Os dados apresentados, principalmente, os referentes ao financiamento deixam evidente: a política de esporte implementada hoje no país serve aos interesses do capital.

Há que se alterar estes rumos e isto depende da luta da classe trabalhadora organizada em seus organismos para a tomada do poder do Estado rumo ao comunismo. A prática esportiva e a política de esporte não se reproduzem mecanicamente da estrutura social em dado momento histórico, mas são limitadas, condicionadas, determinadas pelo modo de produção vigente. Portanto, não estão isoladas das determinações históricas. As análises que assim procedem não contribuem para dar explicações científicas, desvendar o real concreto e apontar possibilidades que são as formações materiais,

propriedades, estados, que não existem na realidade, mas que podem manifestar-se em decorrência da capacidade das coisas materiais (da matéria) de passar umas nas outras. Segundo Cheptulin (2004, p. 338) “A possibilidade realizando-se, transforma-se em realidade, e é por isso que podemos definir a realidade como possibilidade já realizada e a possibilidade como realidade potencial”.

As possibilidades de superação do conhecimento e da prática social alienada na área do esporte, passa pela apropriação pelos trabalhadores dos meios de produção do esporte (tempos-espacos, materiais-técnicas e conteúdos-métodos) e pela utilização prática de uma teoria do conhecimento que explique as bases sobre as quais erguem as problemáticas do esporte contemporâneo e do processo revolucionário. Portanto, as lutas por uma política de esporte que atenda aos interesses dos trabalhadores e das amplas massas fazem parte da luta histórica de superação do reino da necessidade e da conquista do reino da liberdade. Para tanto, é necessário disputar os rumos da política de esporte como instrumento para projetar o tipo de ser humano que uma determinada sociedade precisa formar. Começemos pela apropriação dos meios de produção e reprodução do esporte pelos trabalhadores.

É sob essa perspectiva, sem ilusões no Estado burguês, nem na conciliação de classes e muito menos nos levantes específicos das massas sem orientação política e organização revolucionária, que colocamos como importante a luta para inscrever os direitos sociais, dentre os quais o esporte, no rol de reivindicações transitórias que devem compor um Programa de Transição do atual modo de produção capitalista ao modo de produção comunista. Defendemos, portan-

to, que a luta pela universalização do esporte possui toda a atualidade nos países de capitalismo dependente e se coloca lado a lado com as demais reivindicações da classe trabalhadora que não serão concessões, mas sim fruto de conquistas históricas.

REFERÊNCIAS

- BATTAGLIA, A. F. A. **Administração de clubes: uma perspectiva inovadora no mercado profissional**. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.
- BRASIL. Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998.
- _____. **I Conferência Nacional do Esporte – Caderno de Potencialidades e Dificuldades**. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2004a.
- _____. **I Conferência Nacional do Esporte – Documento Final**. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2004b.
- _____. **I Conferência Nacional do Esporte – Tese Guia**. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2004d.
- _____. **I Conferência Nacional do Esporte – Texto Básico**. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2004e.
- _____. **Política Nacional do Esporte**. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2005.
- _____. **II Conferência Nacional do Esporte – Coletânea de textos básicos para as etapas**. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2006b.
- _____. **Política Nacional de Esporte**. 2005.
- _____. **Resoluções da II Conferência Nacional de Esporte**. 2006.
- _____. **Plano Decenal do Esporte - Resoluções da III Conferência Nacional de Esporte**. 2010.

- CARVALHO, M. de. **Esporte em Democracia: gênese do político**. Vitória-ES: EDUFES, 2011.
- CASTELAN L. P. **As Conferências Nacionais do Esporte na Configuração da Política Esportiva e de Lazer no Governo Lula (2003-2010)**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Programa de pós-graduação em Educação Física- Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2011.
- CHEPTULIN, A. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Editora Alfa- Omega, 2004.
- ENGELS, F. **O socialismo jurídico**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FIGUEIREDO, E. S. A. **As arenas do esporte: a disputa dos rumos da política nas conferências nacionais e na produção do conhecimento em um período de transição**. Tese (Doutorado em Educação). Salvador/BA, Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA, 2013.
- JUNQUEIRA, Luiz Alberto Rocha. **Impactos Econômicos dos Megaeventos: Uma Abordagem Econométrica**. Dissertação (Mestrado profissional em Economia) Programa de Mestrado Profissional em Economia. Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, 2011.
- LENIN, V. I. **Estado e Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. 20 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Ícone, 2004.
- MASCARENHAS et al. **As conferências nacionais de esporte: avanços e limites na construção das políticas de esporte e lazer**. In: Anais do XVI Conbrace e III Conice. Salvador-BA, 2009.
- MATA, Áurea. A. R. da. **Políticas públicas de esporte e lazer na cidade de João Pessoa/Paraíba: uma análise do ordenamento legal**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia, 2011.
- MELO, Marcelo P. de. **Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- NOZAKI, Hajime T. **Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão**. Tese de doutorado (Doutorado em Educação), Niterói: Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 2004.
- OLIVEIRA. M. M. de. **Políticas Públicas de Esporte no Brasil e ONGS: par eles ganham, ímpar nós perdemos**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação), Salvador: Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2013.
- PENNA, Adriana Machado. **Esporte contemporâneo: um novo templo do capital monopolista**. Tese (Doutorado em Serviço Social) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.
- PETINELLI, V. **As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do governo federal (2003-2010)**. Campinas-SP: Revista Opinião Pública, vol. 17, nº 1, junho de 2011, pp. 228-250.

- SOUZA, C. e CARVALHO, I. M. M. de. **Estado, descentralização e desigualdades**. São Paulo: Revista Lua Nova, Nº 48, 1999.
- TAFFAREL, Celi e SANTOS JÚNIOR, Cláudio L. **Como iludir o povo com esporte para o público**. In: SILVA, Maurício R. Esporte, educação, Estado e Sociedade: As políticas Públicas em Foco, Chapecó, PR: Editora ARGOS, 2007.
- TROTSKY. Leon. **O programa de transição**. In: O programa da revolução. São Paulo: Nova palavra, 2009.
- TROTSKY. L. **Questão do modo de vida**. São Paulo: LBI- QI, 2009.

SPORT IN BRAZIL: the dispute course the politics in National Conferences in a period of transition

ABSTRACT

The paper deals with the politics direction of the sport in Brazil considering and analyzing the three Conferences National Sport has occurred. Concludes that the dispute of interests between classes is on going and requires agencies to fight the claims in the transitional politics of sport are met, towards achieving the historical claims of over coming the capitalist mode of production.

Keywords: Sport; Politics; Conference; Transition.

Recebido em: maio/2013
Aprovado em: junho/2013